

**INIVALDO MILA: AS CONDIÇÕES DE UM PROFESSOR LEIGO
EM REGIÃO DE COLONIZAÇÃO RECENTE EM MATO GROSSO**

**INIVALDO MILA: THE CONDITIONS OF A LAY TEACHER IN A
REGION OF RECENT COLONIZATION IN MATO GROSSO**

**INIVALDO MILA: LAS CONDICIONES DE UN MAESTRO LAICO
EN UNA REGIÓN DE RECIENTE COLONIZACIÓN EN MATO
GROSSO**

Angela Luzia Magalhães Silva Mello

Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso. E-mail: angela.m.mello@hotmail.com

Elizabeth Figueiredo de Sá

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: elizabethfsa1@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi60.65797>

Recebido em 11/11/2022

Aceito em 07/12/2022

Resumo

Este artigo analisa a formação profissional de um professor leigo, especificamente do professor Inivaldo Mila, que assumiu a docência no povoado de São José dos Quatro Marcos, criado em meados dos anos 1960, no âmbito do movimento de colonização recente no estado de Mato Grosso. Tem como referencial teórico os princípios da Nova História Cultural (Chartier, 1990) e da Micro-história (Revel, 1998). Para tal, utilizamos documentos encontrados no Arquivo Público de Cáceres-MT e o depoimento oral do professor Inivaldo Mila. A delimitação temporal (1967-1970) justifica-se pelo período em que Mila esteve à frente da Escola Rural Mista de São José dos Quatro Marcos. A pesquisa possibilitou perceber, a partir da trajetória profissional do professor Inivaldo Mila, a trajetória de outras pessoas sem formação que assumiram a docência em outras localidades no estado, ministrando aulas em escolas improvisadas e mal equipadas para que as crianças não ficassem sem receber educação escolar.

Palavras-chave: Colonização recente; São José dos Quatro Marcos; Escola Rural; Centro de Treinamento do Magistério.

Abstract

This article analyzes the professional training of a lay teacher, Mr. Inivaldo Mila, who started teaching in the village São José dos Quatro Marcos, created in the mid-1960s, within the scope of the recent colonization movement in the state of Mato Grosso. It has as theoretical reference the principles of New Cultural History (Chartier, 1990) and Micro-history (Revel, 1998). To this end, we used documents found in the Public Archives of Cáceres-MT and the oral testimony of Mr. Inivaldo Mila. The temporal delimitation (1967-1970) is justified by the period in which Mr. Mila was in charge of the Mixed Rural School of São José dos Quatro Marcos. The research made it possible to see, from the professional trajectory of Mr. Inivaldo Mila, the path of other people who did not have training and who taught in other locations in the state, they worked in improvised and poorly equipped schools so that children would not be without school education.

Keywords: Recent colonization; São José dos Quatro Marcos; Rural School; Teacher Training Center.

Resumen

Este artículo analiza la formación profesional de un maestro laico, específicamente el profesor Inivaldo Mila, que asumió la docencia en la villa de São José dos Quatro Marcos, creada a mediados de la década de 1960, en el marco del reciente movimiento de colonización en el estado de Mato Grosso. El referencial teórico son los principios de la Nueva Historia Cultural (Chartier, 1990) y la Microhistoria (Revel, 1998). Para esto, utilizamos documentos encontrados en el Archivo Público de Cáceres-MT y el testimonio oral del profesor Inivaldo Mila. La delimitación temporal (1967-1970) se justifica por el período en que Mila estuvo a cargo de la Escuela Rural Mixta de São José dos Quatro Marcos. La investigación permitió percibir, a partir de la trayectoria profesional del docente Inivaldo Mila, la trayectoria de otras personas sin formación que asumieron la docencia en otras localidades del estado, ministrando clases en escuelas improvisadas y mal equipadas para que los niños no se quedaran sin recibir educación escolar.

Palabras claves: Colonización reciente; São José dos Quatro Marcos; Escuela Rural; Centro de Formación de Profesores.

Introdução

Entre o final dos anos 1950 até os anos 1970, o estado de Mato Grosso recebeu diversos migrantes que deixaram seus estados rumo à Amazônia¹, influenciados pelas propagandas da *Marcha para o Oeste*, um programa gestado no final dos anos 1930 pelo presidente Getúlio Vargas visando ocupar os *espaços vazios* da Amazônia visando integrá-la ao restante do país.

¹ A Amazônia brasileira compreende a região Norte – Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins – e parte do Centro-Oeste – Mato Grosso. A outra referência ao território amazônico, que se define como Amazônia Legal (criada pelo Plano de Valorização da Amazônia – 1953), inclui o oeste do Maranhão CF (GUIMARÃES NETO, 2005, p. 545).

Contudo, os territórios denominados pelo projeto varguista como *vazios demográficos* não eram desocupados, como preconizava o discurso oficial, mas territórios habitados por diversas etnias indígenas, posseiros, ribeirinhos, seringueiros, dentre outros. Tais segmentos sociais, porém, não proporcionaram as mudanças estruturais, tampouco a intensificação mercantil que o governo desejava. Nesse sentido, várias cidades surgiram no estado de Mato Grosso entre as décadas de 1960 e 1970 dentro de um contexto de incentivos fiscais e creditícios que visava atrair empresas colonizadoras que se dispusessem a abrir cidades nos recônditos das matas mato-grossenses (GUIMARÃES NETO 2002, 2005; ROHDEN 2012; BECK 2015; PERIN 2015).

Uma dessas colonizadoras é a Sociedade Imobiliária Tupã para a Agricultura (SITA), criada em 1960 por Joaquim Oléas e Wanderley Martinez, responsável pela aquisição de uma extensa área de terra no município de Barra do Bugres – sudoeste do estado – e pela fundação da cidade de Tangará da Serra.

Na região norte de Mato Grosso as colonizadoras INDECO e SINOP se destacaram na abertura de terras e na fundação de cidades de grande porte nos anos 1970. A colonizadora Integração, Desenvolvimento e Colonização Ltda. (INDECO), de propriedade de Ariosto da Riva, adquiriu milhares de hectares no norte do estado, em uma área imensa de floresta onde foram fundadas três cidades: Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás. Já a colonizadora Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (SINOP) adquiriu a Gleba Celeste, com 645.000 hectares de extensão. Nesta área, fundaram as cidades de Vera, Carmem, Claudia e Sinop. Esta última, se destacou em magnitude e abundância sendo, atualmente, a quarta maior cidade do estado, conhecida como a capital do norte de Mato Grosso (GUIMARÃES NETO, 2002; SOUZA, 2008; ROHDEN, 2012; PERIN, 2015).

Contudo, torna-se proeminente destacar que não foi só por meio de colonizadoras, que recebiam toda a sorte de benefícios creditícios, que as cidades surgiram no estado nas áreas de colonização recente. Por colonização recente entende-se que:

[...] foi a reocupação dos espaços geográficos, a partir da segunda metade do século XX, anteriormente ocupado por diferentes populações indígenas. Esta colonização realizada por migrantes de diferentes estados do Brasil foi ao longo desse período, até o final do século XX, sendo socialmente produzida. (OLIVEIRA, 2017, p. 74).

Convém para tanto salientar que, em meados de 1960, surgiu no sudoeste de Mato Grosso a cidade de São José dos Quatro Marcos através da iniciativa de migrantes que compraram pequenos sítios do Senhor Paulo Mendonça, proprietário da Agropecuária Mirassol, e se uniram em prol da fundação de uma cidade em meio à mata: “[...] foram Zeferino José de Matos, Luís Barbosa e Miguel Barbosa do Nascimento, que doaram 11,02 alqueires a fim de criar um núcleo populacional nas proximidades do então povoado de Mirassol d’Oeste (MELLO; SÁ, 2021, p. 3).

Via de regra, as famílias que migravam para Mato Grosso em áreas de colonização recente – entre os anos 1960 e 1970 – vinham com seus filhos em idade escolar para locais onde não havia escolas. Portanto, a escolarização dessas crianças se dava em instituições escolares improvisadas, construídas em meio à mata pelos próprios colonos, contando com professores sem formação para exercer a função docente. Eis o caso de São José dos Quatro Marcos, onde o colono Inivaldo Mila foi convidado a lecionar para as crianças por possuir um pouco mais de instrução que os demais.

Assim, este artigo analisa a situação profissional e financeira dos professores leigos em região de colonização recente em Mato Grosso, focando a objetiva na experiência do colono Inivaldo Mila, que atuou como docente leigo no povoado de São José dos Quatro Marcos para que as crianças não ficassem sem receber educação escolar. Utilizamos como suporte para a tessitura deste artigo documentos encontrados no Arquivo Público de Cáceres, obras memorialistas, depoimentos e pesquisas sobre colonização recente e formação de professores.

Escola em meio à mata: um esforço da comunidade

Nos anos 1950 e 1960, parte das terras devolutas² de Mato Grosso foram vendidas a pessoas abastadas provenientes das regiões Sul e Sudeste que se interessaram em investir no estado devido à fertilidade de sua terra e seus baixos preços. Outra porção dessas terras foi concedida a aliados políticos num contexto de troca de favores entre o executivo e o legislativo em Mato Grosso. Assim, “a política de terras se encontrava a serviço de interesses político-partidários: esta foi uma denúncia recorrente em toda a década de 50” (LENHARO, 1986, p. 52).

² O termo *terras devolutas* é empregado de acordo com a autora Lígia Osório Silva, que analisou a Lei de terras de 1850 e ressaltou que “Aos poucos, as terras devolutas passaram a ser: a) as que não estavam aplicadas a algum uso público nacional, estadual ou municipal; b) as que não estavam no domínio particular, em virtude de título legítimo” CF: (SILVA, 1996, p.161).

Estas práticas se deram, sobretudo, nos governos dos interventores Fernando Corrêa da Costa e João Ponce de Arruda que, além de analisarem as terras do estado como mercadoria usada em troca de apoio político, enxergavam a venda das terras devolutas do estado como um meio altamente viável de aumentar a arrecadação para os cofres públicos. Moreno (1993) destaca que a venda dessas terras em Mato Grosso, durante a gestão desses interventores, constituiu a maior fonte de arrecadação de recursos do estado.

Posteriormente à venda ou doação das terras a pessoas enriquecidas ou influentes, elas foram revendidas durante as décadas de 1960 e 1970 com alta margem de lucro a trabalhadores rurais das regiões sul e sudeste que não tinham pecúlio para adquirir terras em seus estados de origem devido a seus valores elevados, ou a pequenos proprietários que, impossibilitados de aumentar sua área em seu estado de origem, passaram a vislumbrar áreas de colonização recente como uma ocasião de adquirir propriedades maiores, mesmo que para tal fosse necessário migrar a uma área de mata. Assim, muitos migraram em busca de um local onde imaginavam alcançar uma vida próspera com suas famílias.

Esses migrantes, impelidos a deixar suas casas em seus estados de origem rumo à Amazônia mato-grossense, foram atraídos pela difusão de propagandas que mostravam Mato Grosso como um local de oportunidades, onde:

[...] as longínquas terras férteis da Amazônia eram trazidas para bem perto do imaginário social do pequeno produtor, cabendo-lhe, portanto, como num passe de mágica, ocupá-las. Certamente as imagens que construía a “nova terra” emitiam esses signos e materializavam esse mundo representado, aproximando-o do produtor, colocando-o ao alcance de suas mãos (apesar da distância geográfica). (GUIMARÃES NETO, 2002, p. 39).

Para que essas propagandas sobraçassem o público-alvo, os corretores percorriam cidades das diferentes regiões com diversas imagens das lavouras produzidas em Mato Grosso. As plantações de café, arroz, algodão e milho, representadas pelas imagens fotográficas, eram robustas, vistosas³. Aguçavam o desejo de experimentar a vida em Mato Grosso, de prosperar numa terra onde as propagandas construía uma realidade

³ GUIMARÃES NETO (2002), ao analisar a colonização em Alta Floresta, destacou que as imagens fotográficas exibidas pelos corretores se referiam a plantações separadas e adubadas com o intuito de criar a representação aos pretensos compradores do quão produtiva era a terra.

em que era possível alcançar uma vida farta, desde que se voltassem com afinco ao trabalho (ROHDEN, 2012; PERIN, 2015; ROHDEN, 2012; PERIN, 2015).

Assim, milhares de hectares de terra em Mato Grosso foram vendidos a proprietários de agropecuárias e colonizadoras responsáveis por promover a reocupação dessas áreas com famílias oriundas, principalmente das regiões Sul e Sudeste, escolhidas por terem experiência de vida na lavoura e, em muitos casos, alguma economia para adquirir pequenas propriedades no estado.

No caso de São José dos Quatro Marcos os corretores a serviço da Agropecuária Mirassol percorreram áreas circunvizinhas à cidade natal de Paulo Mendonça, Mirassol-SP, para oferecer suas terras no sudoeste de Mato Grosso, mais precisamente no município de Cáceres. Mendonça era um homem próspero e conhecido em cidades adjacentes a São José do Rio Preto - SP que usava sua reputação e renome como uma ferramenta perspicaz a fim de convencer os trabalhadores e pequenos sítiantes paulistas a comprarem as terras da Agropecuária Mirassol no sudoeste de Mato Grosso.

Foi justamente neste contexto que as terras atualmente pertencentes à cidade de São José dos Quatro Marcos foram reocupadas – sobretudo por paulistas que, em meados dos anos 1960, foram impelidos a migrar atraídos pelas propagandas de que o estado de Mato Grosso oferecia terra de boa qualidade e condições de pagamento atrativas (HEINST, 2003).

Esses migrantes chegaram em Mato Grosso com seus filhos em idade escolar. Uma vez assentados em novo território, se deparavam com um cenário inóspito cercado de florestas, onde tudo ou quase tudo estava por fazer – incluindo a escola. Esse intenso deslocamento de famílias para Mato Grosso fez surgir várias instituições escolares em meio às florestas, em locais que se converteriam, posteriormente, em espaços⁴ urbanos (OLIVEIRA, 2009, MELLO; SÁ, 2021).

Foi nesse cenário que, em meados dos anos 1960, surgiu a Escola Rural Mista de São José dos Quatro Marcos⁵, em meio à mata densa situada no sudoeste de Mato Grosso, onde:

[...] abriram uma clareira para construir uma escolinha para atender as crianças dos sítiantes e famílias que chegavam na região [...]. Houve

⁴ Espaço, para Certeau (1994, p. 202) é o resultado das atitudes e das práticas das pessoas, onde: “o espaço é um lugar praticado”.

⁵ A primeira instituição escolar de São José dos Quatro Marcos foi nomeada a princípio de Escola Rural Mista Duque de Caxias, porém, encontramos documentos a partir de 1969 onde ela aparece com o nome de Escola Rural Mista São José dos Quatro Marcos.

uma pequena festa de inauguração na escola [...]. Era o dia 15 de junho de 1966. E os quatro marcos era apenas uma referência de localização de terras e da escolinha. (BORDIN, 2018, p. 35).

A escola representava o auspício de um futuro próspero para a prole desses colonos, por isso, se empenharam em construí-la em meio à mata. Para concretizar o sonho da escola, se reuniram em mutirão e erigiram uma instituição escolar na qual seus filhos pudessem estudar nas proximidades dos quatro marcos⁶. Utilizaram como matéria-prima os recursos disponibilizados pela floresta e fizeram uma escola de taipa. Esse processo construtivo visando a criação de outras instituições escolares foi replicado em diversas partes do estado, de modo a atender a demanda dos filhos desses colonos, ou seja, oferecer no mínimo o ensino primário. Essas escolas improvisadas apresentavam uma estrutura física deficitária, em São José dos Quatro Marcos ela:

[...] era de pau-a-pique, barreada, coberta de tabuinhas e de chão batido. [...] ela tava fechada quando eu cheguei porque não tinha professor. Eu cheguei em setembro de 1966, comecei a dar aula em 1967.

[...]

Cadeira não existia, era um pau fincado aqui, outro aqui e pregava uma tábua em cima, e outra tábua mais embaixo para as crianças sentar né, duas filas de banco assim, uma de lá e outra de cá. A lousa era uma tábua pintada de preto, era ruim, era uma lousa pequena [...]

Começou só eu com quatro turmas, era tudo misturado na mesma sala. Depois começou a chegar gente, gente e aumentou muito as crianças, aí eu convidei a Maria Luiza e passei pra ela a primeira série [...]. (MILA, 2022)⁷.

Entre os anos 1960 e 1970, as escolas rurais de Mato Grosso apresentavam uma estrutura física semelhante à apontada pelo professor Inivaldo Mila em São José dos Quatro Marcos, e os professores que lecionavam nessas escolas eram, em sua maioria, pessoas da própria comunidade que tinham o mínimo de conhecimento para o ensino, ou seja, eram professores leigos, isto é, sem habilitação para exercer o magistério (ROHDEN, 2012; PERIN, 2015; BECK, 2015).

⁶ Os quatro marcos referem-se a quatro tocos de madeira afixados a mando dos engenheiros para demarcar a separação de quatro propriedades. Destas, duas pertenciam ao senhor Zeferino José de Matos, uma a Luís Barbosa e a outra a Miguel Barboza do Nascimento. Estes três homens, juntos, doaram 11,02 hectares de suas propriedades para iniciar o então povoado de Quatro Marcos. No dia 15 de junho de 1967 o povoado de São José dos Quatro Marcos foi oficialmente fundado e, em 14 de dezembro de 1979, obteve sua emancipação política.

⁷ Entrevista realizada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/Humanidades da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob o Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE) de número: 52914721.90000.5690.

No povoado de São José dos Quatro Marcos, quando os pais dos alunos souberam que o jovem colono Inivaldo Mila, com 22 anos na ocasião, havia concluído o ensino primário, o convidaram para se tornar professor de seus filhos, visto a escola havia sido construída, mas não dispunha de professor para ministrar as aulas (BORDIN, 2018).

Contudo, antes de iniciar seu trabalho como docente, Inivaldo Mila foi até a cidade de Cáceres fazer o Curso de Férias oferecido pelo Centro de Treinamento do Magistério (CTM). É importante ressaltar que o curso realizado no CTM em 1967 integrava uma política permeada por múltiplos interesses internos e externos que visava oferecer treinamento para professores leigos em todo o país. Desse modo, surgiram CTMs em vários estados brasileiros e, em Mato Grosso, o CTM tinha sua sede na capital Cuiabá. (AMORIM, 2019)

Os cursos oferecidos pelo CTM nos anos 1960 tornaram-se uma prática relevante para o período, haja vista que no estado de Mato Grosso, “[...] no início dos anos 1960, o número de professores primários era composto de 5.214, que pertenciam ao quadro docente, sendo que desse total: 1.162 eram normalistas e 4.052 professores leigos” (AMORIM, 2019, p. 44).

Observamos, então, que parte dos professores do estado não tinha formação para exercer a função no início dos anos 1960, sobretudo nas zonas rurais e nos novos municípios que foram surgindo a partir da colonização recente. Esses professores sem formação que assumiram as salas de aula para que as crianças tivessem instrução escolar na nova morada, “[...] foram considerados pelos governantes como indivíduos despreparados para lecionar nas escolas primárias, recebendo, com isso, a classificação de leigos, vistos como docentes que não tinham os saberes profissionais das escolas de formação” (AMORIM, 2019, p. 35).

Ao classificar como professores leigos os docentes que lecionavam sem ter o diploma da Escola Normal, os governantes referiam-se a eles de maneira pejorativa visando impor-lhes o signo da ineficiência, pois “[...] as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que não têm nada de natural e que são, em grande parte produto de uma imposição arbitrária [...]” (BOURDIEU, 2000, p. 115).

Portanto, esses professores eram responsabilizados pela má qualidade do ensino. Porém, a falta de capacidade do governo estadual em abrir escolas, treinar professores e oferecer a estrutura adequada para atender a grande demanda de crianças que chegavam

diariamente acompanhando seus pais em áreas de colonização recente era algo silenciado nos discursos proferidos pelas autoridades.

Convém ressaltar que o grande número de professores leigos atuando nas escolas rurais não era uma situação exclusiva ao estado de Mato Grosso, visto que outros estados do Brasil apresentavam características semelhantes. Nesse cenário, o presidente Juscelino Kubitschek, sob o *slogan* “cinquenta anos de progresso em cinco”, adotou uma política desenvolvimentista que visava inserir o Brasil num conjunto de práticas modernas experimentadas por países desenvolvidos, sobretudo pelos Estados Unidos da América – à época imerso em embates e disputas de poder com a então União Soviética.

Foi em um jogo de interesses advindo da guerra fria entre EUA e URSS que o Brasil passou a fazer parte do campo de interesse dos Estados Unidos, – sobretudo após a revolução cubana de 1959, responsável por instaurar o socialismo no país. Nesse contexto, a administração norte-americana acentuou suas práticas no sentido de atrair países latino-americanos à órbita capitalista. Foi numa teia de interesses que EUA decidiu investir na educação escolar do Brasil para, assim, oferecer ensino de qualidade para às crianças brasileiras e prepará-las para o mercado de trabalho açambarcado pelo capitalismo:

Esse ambiente favorável ao governo JK para a incorporação de técnicas dos países mais avançados contribuiu para o estabelecimento de acordos de assistência técnica na área educacional com os Estados Unidos, a partir da Missão Norte Americana de Cooperação Técnica no Brasil [...] USOM-B [...]

[...]

A incorporação de auxílios financeiros e de assistência técnica na área educacional pode ser observada com a presença da UNESCO (Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas) e o FISU (Fundo internacional das Nações Unidas para Socorro à Infância), em parceria com o governo federal e com o governo de Mato Grosso, na criação e organização do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, em 1963. (AMORIM, 2019, p. 54).

Os recursos advindos de parcerias dos governos federal e estadual com instituições internacionais deu origem aos Centros de Treinamento do Magistério (CTMs) em vários estados brasileiros ao longo dos anos 1960. Em Mato Grosso, o CTM atuou como uma instituição cujo objetivo era oferecer formação para professores leigos e, também, o aprimoramento a professores normalistas em relação aos modernos métodos de ensino. Assim,

[...] os acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura/United States Agency Internacional for Development) [...] previam assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos [...] reestruturação administrativa, planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico, bem como o controle do conteúdo geral do ensino, por meio do acompanhamento de publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos. (ASSIS, 2012, p. 330).

O CTM, adotando o material didático oferecido pela United States Agency Internacional for Development (USAID), organizava cursos em regime de internato a professores que se dispusessem a ficar no CTM por um ano e três meses e oferecia, ainda, o curso de férias a fim de proporcionar formação a professores leigos durante o período de recesso escolar (nos meses de janeiro, fevereiro e julho) em cidades-polo no interior do estado de Mato Grosso. É importante ressaltar que tanto os professores que faziam o curso de internato quanto os professores que faziam o curso de férias recebiam uma bolsa de estudos durante a formação (AMORIM, 2019).

Nesse curso, os professores leigos recebiam “[...] ensinamentos de português, aritmética, geografia, história, higiene etc.” (Mensagem, 1952, p. 27). Em 1963, o Curso de Férias foi realizado nas seguintes cidades: Aquidauana, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Dourados, Guiratinga e Três Lagoas (Mensagem, 1963, p. 160). O CTM também ofereceu o curso de férias em diversas cidades do estado para, assim, ampliar o leque de oportunidades a professores leigos que lecionavam em lugares distantes da capital.

A partir da formação oferecida pelo CTM, muitos professores leigos tiveram a oportunidade de aprender novas técnicas de ensino a fim de proporcionar um melhor aprendizado às crianças do estado, bem como obter o reconhecimento perante a sociedade, visto que, após a realização do curso, não seriam mais chamados de professores leigos, mas sim de profissionais qualificados (AMORIM, 2019).

Inivaldo Mila foi um dos professores treinados pelo CTM para atuar numa das escolas rurais do estado. Ele passou os meses de janeiro e fevereiro de 1967 em Cáceres recebendo formação e, em março do mesmo ano, iniciou seu trabalho como professor de crianças/alunos da escola rural mista de São José dos Quatro Marcos, segundo ele:

O curso em Cáceres era de três anos, só que quando eu entrei os outros já estavam no último e eu entrei na terceira etapa já. Só fiz dali em diante, os outros já tinha feito. Todas as férias eles iam, mas como aqui não tinha professor não ia ninguém aqui, também, aqui era tudo mato. Aí eu fui, quando cheguei de volta aqui em Quatro Marcos fui

fazer a matrícula das crianças, aí tinha muita criança, tinha que ser duas salas, aí eu convidei a Maria Luiza pra ser professora também. Aí eu ficava com os alunos da 2ª, 3ª e 4ª série e ela ficou a 1ª série [...] ainda bem que teve esse curso, ele ajudou muito, ainda que eu cheguei só pro último ano, eu nunca tinha sido professor, só tinha terminado minha quarta série e pronto [...]. (MILA, 2022).

A formação realizada por Inivaldo Mila nas férias de 1967 lhe proporcionou um norteamento para que ele pudesse iniciar sua prática docente na instituição escolar nos arredores dos quatro marcos – uma área ainda coberta de floresta, mas com uma população adjacente suficiente para formar uma escola rural mista com duas turmas de alunos.

Essa situação revela a quantidade de famílias presentes no local em meados de 1966. Portanto, a existência de uma escola para atender os filhos dos colonos era uma condição imprescindível para garantir a permanência desses migrantes em terras tão inóspitas. A escola, neste caso, representava o auspício de um futuro próspero para sua prole.

Foi sob essas condições que Inivaldo Mila – que nunca havia pensado em se tornar professor – se fez docente, evitando que crianças em idade escolar ficassem de fora dos bancos escolares. Ele permaneceu na escola por quatro anos, de 1967 a 1970.

A realidade vivida pelos professores leigos: o caso de Inivaldo Mila

A formação realizada por professores leigos, como Inivaldo Mila, se por um lado trazia contentamento em virtude do reconhecimento como profissionais do ensino e merecedores de respeito pela sociedade, por outro, não impedia que esses profissionais fossem mal remunerados, pois não houve investimento em melhorias salariais significativas para os professores que fizeram os cursos oferecidos pelo Centro de Treinamento do Magistério.

O governo federal firmou parcerias para custear os cursos oferecidos pelo CTM, bem como para financiar as bolsas de estudo aos professores que realizariam o curso, mas o salário que seria pago aos professores no exercício de sua função era uma responsabilidade delegada ao governo estadual e às prefeituras que, por sua vez, seja por falta de recursos ou por falta de interesse, não promoveram a valorização que os professores necessitavam para permanecer na docência. Sob essa condição de baixa remuneração salarial, muitos professores treinados desistiram de atuar nesta profissão:

[...] os investimentos na formação docente advindo do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário, do governo estadual e dos organismos internacionais, foram prejudicados pela não continuidade do professor leigo treinado na atividade. Conforme os dados identificados do Centro e do Serviço de Supervisão, um total de 3.426 professores foram treinados entre os anos 1967 e 1970, sendo que apenas 1.137 ainda estavam exercendo o magistério primário no estado no ano de 1970.

[...] a inserção de uma base científica de conhecimentos para a prática do magistério não foi acompanhada de reconhecimento de sua função por meio de uma remuneração condizente com a relevância de seu trabalho [...]. (AMORIM, 2019, p. 81-82).

O excerto acima não mostra apenas o abandono da prática docente causado por baixos salários, mas revela, sobretudo, o descaso do poder público não apenas com os professores, mas também com as muitas crianças que, por terem de acompanhar seus pais numa empreitada rumo a uma área de colonização recente, foram relegadas a uma situação de vulnerabilidade por estudarem em escolas improvisadas e receberem educação escolar com professores sem o preparo necessário. Cabe ressaltar que, no período analisado, quase 70% dos professores que receberam formação entre 1967 e 1970 desistiram da sala de aula até 1970.

A desistência da profissão docente por parte de mais de dois mil profissionais qualificados para o ensino no início dos anos 1970 trouxe um prejuízo colossal para milhares de crianças que estudavam nas escolas primárias do estado. Nessa conjuntura, todo o investimento do governo federal em parceria com organizações internacionais caiu por terra, escancarando, assim, a falta de planejamento e de organização por parte do poder público estadual e municipal a fim de valorizar financeiramente o corpo docente que havia sido formado pelo CTM de Cuiabá (AMORIM, 2019).

Dentre os professores que abandonaram a profissão nesse período, citamos Inivaldo Mila, quem relatou que, após o seu casamento em 1969, suas despesas domésticas aumentaram e a ínfima remuneração oferecida pela prefeitura de Cáceres inviabilizou a sua permanência em sala de aula. Desse modo, para complementar sua renda, passou a trabalhar uma parte do dia numa pequena loja que havia no povoado:

Um cara de Mirassol que me deu uma lojinha de tecido e calçado para cuidar, por isso até que eu saí da escola. Eu trabalhava de comissão, então eu ganhava mais lá, quando eu ia na escola eu ganhava picado, que eu já era casado né, aí eu comecei a ganhar mais lá e parei com a escola. No começo, na parte que eu ficava na escola minha mulher ficava na loja pra mim, e o outro período eu ficava na loja, mas depois

Notandum, ano XXV, n. 60, set./dez. 2022 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

vi que era melhor eu largar a escola e ficar só na lojinha, eu ganhava mais lá. (MILA, 2022).

O início de da vida conjugal foi o motivo que fez com que Inivaldo Mila procurasse alternativas para garantir o sustento da casa. A princípio, trabalhou na escola e na pequena loja. Com o tempo, percebeu que era melhor se afastar da escola para se dedicar exclusivamente a seu trabalho no comércio local. Desta maneira, os alunos da escola rural mista de São José dos Quatro Marcos perderam um professor que havia sido treinado pelo CTM. A justificativa desse professor para a desistência do cargo foi o seu casamento, mas cada um desses profissionais qualificados encontrou o seu motivo singular para a condição plural de seguir em direção a profissões mais rentáveis.

Além do salário não ser atrativo, Mila ainda não recebia todos os meses, tal como podemos observar no comprovante de pagamento:

Figura 1 Recibo de pagamento

PMc

ORDEN DE PAGAMENTO

Sr. Prefeito: Solicito autorização para pagar a despesa abaixo especificada **3061** OP N.º 3374/ 920

Por extenso

Cr\$ **150,00** CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS NOVOS.

Favorecido **ENIVALDO MILA**

Especificação

Imprtancia correspondente ao pagamento pelo serviço prestado como professor da escola de S^ªAO JOSE DOS QUZTRO MARCOS .

Referente aos meses de agosto a novembro.

R

Rubrica de Emissão *[assinatura]* Visto *[assinatura]* Assinatura e Cargo *[assinatura]* PAGUE-SE - PREFEITO MUNICIPAL

Grupo	Conta	Sub	Auxiliar	Designação da Despesa	Importância
				EDUCAÇÃO E CULTURA	
				SETOR DE ED. SAÚDE E ASSISTENCIA	
				ENSINO PRIMÁRIO	
			3111-61	PESSOAL TEMPORÁRIO CONTRATADO	
				SOMA	150,00

CLASSIFICAÇÃO

Por extenso Cento e cinquenta cruzeiros novos.

Data 1/1 Assinatura e Cargo *[assinatura]* 5/12/67 Quitação da Tesouraria *[assinatura]*

150 50 0106

Fonte: Arquivo Público de Cáceres

A figura acima mostra um recibo datado de 5 de dezembro de 1967, atestando que Inivaldo Mila recebeu 150 cruzeiros novos por trabalhar de agosto até novembro. Ou seja, além de receber um exíguo pagamento por seu trabalho docente, ainda ficava vários meses sem receber. Quando inquirido acerca desta questão, Inivaldo Mila frisou

Notandum, ano XXV, n. 60, set./dez. 2022 CEMOrOC-Feusp / GTSEAM

“[...] eu ia a Cáceres⁸ de três em três meses para receber, pois era muito custoso ir pra Cáceres, a estrada era de terra e em 67 ainda não tinha ônibus, tinha que ir de carona” (MILA, 2022).

Inivaldo Mila sequer mencionou os atrasos salariais, contudo acreditamos que se houvesse atrasos nos pagamentos ele provavelmente nem notaria, pois só embarcava na empreitada de se deslocar a Cáceres poucas vezes ao ano. Vale ressaltar que tivemos acesso a um contrato de contratação de professores de 1972, e a possibilidade de haver atrasos nos pagamentos destes profissionais era uma condição expressa no próprio contrato:

Figura 2 – Contrato de Professor

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NUSA ALAR-CIDA BUENO MORATS, nacionalidade BRASILEIRA, estado civil SOLTEIRA, profissão PROFESSORA, portador da Carteira de Trabalho nº _____ da série _____, firma com a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Cáceres Mt. contrato de trabalho por prazo determinado, para exercer o cargo de Professor Primário leigo ou normalista da Escola Rural Mista de QUATRO MARCOS no local denominado SÃO JOSÉ DO IV MARCOS neste município de Cáceres Mt., que obedecerá as seguintes condições:

- 1 - O prazo do presente contrato será de 9 meses a contar desta data, devendo terminar em 31 de dezembro de 1972, independentemente de quaisquer interrupções que, por motivo de moléstia, acidentes do trabalho ou outras ocorrerem durante sua vigência.
- 2 - O empregado é contratado para exercer as funções de Professor, mas declara que exercerá qualquer outra compatível com suas condições pessoais e atinentes ao setor escolar.
- 3 - A Remuneração do empregado será: para professor normalista 100% e para professor leigo 60% do salário mínimo Regional, por mês, pagos em dinheiro ou cheque.
- 4 - O pagamento da remuneração será feito mensalmente, respeitada, é lógico, as condições de disponibilidades verificadas na Tesouraria da Prefeitura.
§ único - Desde já fica o empregado ciente de que poderá haver atraso de pagamento com relação a sua remuneração mensal.
- 5 - O empregado autoriza o desconto em seus salários da importância devida a Previdência Social.
- 6 - O empregado autoriza, também, o desconto nos seus salários das importâncias correspondentes aos prejuízos que causar a seu empregador.
- 7 - O empregado se obriga a trabalhar 4 (QUATRO) horas por dia, no horário que mais convier ao empregador.
- 8 - O empregado poderá ser transferido de local de trabalho, inclusive com mudança de domicílio.
- 9 - O empregado se obriga a respeitar a praxe de serviço vigorante na Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Cáceres Mt.
- 10 - Constituirão motivo para imediata dispensa do empregado, além dos previstos em lei, a embriaguez ou briga em serviço e o desrespeito aos seus superiores hierárquicos.
- 11 - Os casos omissos, no presente contrato, serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Cáceres Mt.

E, por estarem de acordo com todas estas condições, firmam o presente contrato, na presença de duas testemunhas.

Cáceres Mt. 15 de março de 1972

Nusa Alar-Cida Bueno Morats
Assinatura Empregado

Assinatura Empregador
Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social

Fonte – Arquivo Público de Cáceres

O inciso quarto deste contrato destaca que “o pagamento da remuneração será feito mensalmente, respeitada, é lógico, as condições de disponibilidade verificada na Tesouraria da Prefeitura”. Este fragmento do contrato condiciona o pagamento dos professores à disponibilidade de recursos da prefeitura de Cáceres. Com essa condição,

⁸ A cidade de Cáceres fica a aproximadamente 90 quilômetros de São José dos Quatro Marcos. Hoje é possível percorrer essa distância em uma hora, mas no final dos anos 1960 esse trajeto poderia levar até dois dias para ser percorrido, pois a estrada não tinha pavimentação asfáltica e em períodos chuvosos era comum os veículos ficarem atolados.

registrada em contrato, a Prefeitura se isentava de maiores responsabilidades em caso de atraso no pagamento dos professores.

Não obstante esta condição manifestamente expressa em contrato, a gestão da Prefeitura de Cáceres fez questão de inserir um parágrafo com a seguinte afirmação: “Desde já fica o empregado ciente de que poderá haver atraso de pagamento com relação à sua remuneração mensal”, atestando o total descompromisso da gestão municipal perante a categoria de professores.

Considerações finais

Esta pesquisa possibilitou perceber as condições a que estavam expostos os milhares de professores leigos que ministraram aula nos anos 1960 para crianças que se deslocaram com seus pais para as matas de Mato Grosso, em regiões desprovidas de escola e, quando presentes, eram improvisadas e com professores sem formação para a docência.

No intuito de mitigar o elevado número de professores sem formação, no início dos anos 1960 o governo Federal e os governos estaduais fizeram parcerias com organizações internacionais e criaram o Centro de Treinamento do Magistério (CTM) em Mato Grosso – e em outros estados da federação – para oferecer cursos de capacitação a professores que não possuíam formação pela Escola Normal. Desse modo, muitos professores no estado de Mato Grosso tiveram a oportunidade de fazer o treinamento oferecido pelo CTM.

No entanto, o professor Inivaldo Mila, bem como a maior parte dos professores que fizeram esse treinamento não permaneceram à frente de suas salas de aula em virtude do descontentamento com a exígua remuneração percebida. Nesse cenário, milhares de crianças em Mato Grosso entre os anos 1960 e 1970 estavam fadadas a continuar recebendo uma educação escolar com professores despreparados.

Assim, o caso da Escola Rural Mista de São José dos Quatro Marcos, que só conseguiu atender as crianças por conta do empenho do colono Inivaldo Mila que se fez professor numa área inóspita, revela que: “a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global” (REVEL, 1998, 28).

Nesse sentido, a trajetória profissional desse professor numa área de colonização recente nos possibilita perceber como se deu o percurso de muitos de professores que

assumiram a docência em outras localidades de colonização recente ou em ambientes rurais no estado.

Referências

- AMORIM, R. P de. **O Curso de Treinamento de Professores Leigos: Profissionalização e Representações da Docência em Mato Grosso (1963-1971)**, 2019. 294 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MT.
- ASSIS, R. M. de. A educação brasileira durante o regime militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em perspectiva**, Viçosa, v. 3, p. 320-339, 2012.
- BECK, K. M. K. **Vivências e Memórias: A cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio em Tangará da Serra – MT (1965-1983)**, 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BORDIN, L. C. **História e Memórias de São José dos Quatro Marcos**. São Paulo: All Print Editora, 2018.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano I – artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. **A história cultural; entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GUIMARÃES NETO, R. B. **A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil Contemporâneo**. Cuiabá: Unicen, 2002.
- _____. “Personagens e Memórias: Territórios de ocupação recente na Amazônia”. In CHALHOUB, S.; NEVES, M. de S.; PEREIRA, L. A. M. (Org.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.
- JOANONE NETO, V. Juína: de projeto de colonização a polo regional. In: BARROZO, J. C. (Org.), **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- LENHARO, A. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste Brasileiro na década de 1950. In: **Revista Brasileira de história**. “Terra e Poder”. São Paulo: Ed. Marco Zero/Anpuh, v, 6, nº 12, 1986.
- MATO GROSSO, **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), 1952.

MATO GROSSO, **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), 1963.

MELLO, A. L. M. S.; SÁ, E. F de. São José dos Quatro Marcos-MT e a instalação da Escola Rural Mista Duque de Caxias (1966-1972). **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, e423101220612, 2021.

MILA, I. **Depoimento concedido à pesquisadora Angela Luzia Magalhaes Silva Mello**. São José dos Quatro Marcos-MT, 2022.

PERIN, C. L. **Escola, Colonização e Formação do Colono: História e Memórias da Terra Prometida de Alta Floresta – MT (1976-1976-1982)**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2015

OLIVEIRA, C. E. de. Tangará da Serra: uma história de colonização privada. In: BARROZO, J. C. (Org). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

_____. **Migração e escolarização: História de Instituições escolares de Tangará da Serra - Mato Grosso**. Tese – Brasil (1964-1976). N. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

_____. Fronteiras diversas em regiões de colonização recente de Mato Grosso: Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis e Sapezal. **Revista História e Diversidade**, Cáceres, v. 9, n. 1, p. 74-95, 2017.

ROHDEN, J. B. **A Reinvenção da Escola: Histórias, Memórias e Práticas Educativas no período colonizatório de Sinop-MT (1973-1979)** 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SÁ, E. F; PERIN, C. L.; BECK, K. M. Escolarização da infância em cidades de colonização recente de Mato Grosso. **Revista Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 51, p. 61-79, jan./mar. 2007.

SANFELICE, J. L. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, I. M *et al.* (Org.) **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNIO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndios: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 1996.

SOUZA, E. A. de. História de Sinop: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. In: BARROZO, J. C (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.